

O ESTADO E AS DISPUTAS BURGUESAS NA DISPUTA PORTUÁRIA: UMA ANÁLISE POULANTZIANA SOBRE A LEI N. 12.815/2013

Pedro Henrique Silva de Oliveira

INTRODUÇÃO

No dia 5 de junho de 2013, o Congresso Nacional aprovou a Lei N. 12.815/2013 que versava sobre a formulação de um novo regime jurídico dos portos brasileiros. Trata-se de uma lei que objetivava estabelecer um marco sobre “a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários” (BRASIL, 2013). Originalmente, promulgada sob a forma da Medida Provisória (MPV) 595 pela presidenta da República Dilma Vana Rousseff, a lei foi alvo de intensa discussão dentro do Congresso Nacional e trazia consigo algumas novidades legais para o marco regulatório do campo. De particular interesse para o presente trabalho resalta-

se a possibilidade da concessão do porto à iniciativa privada para a administração e exploração de suas estruturas por tempo indeterminado¹ (REGO, 2014).

Trata-se de um projeto que se encontra inserido em uma tela maior sobre a realização de parcerias público-privadas (PPP) durante os governos petistas. Considerando o Estado como o centro de organização política das burguesias, a adoção do modelo de PPP acabaria por impactar profundamente as configurações de poder das burguesias nacionais e o próprio padrão de reprodução do capital dentro do território nacional, resultando na criação de uma fração que será categorizada aqui como “nova burguesia de serviços” (UBERTI; GRANATO, 2018). Compreendendo as classes burguesas como as verdadeiras detentoras do poder político, entende-se que há uma necessidade de levar nosso olhar para a base social que sustentou e chancelou a transição para o modelo de PPP. Assim, o presente estudo é uma investigação que pretende mapear a atuação dessas burguesias na época da promulgação da referida lei.

O estudo encontra-se dividido em quatro momentos: inicialmente versaremos sobre a questão do Estado dentro da teoria marxista e em particular sobre as contribuições de Nicos Poulantzas (2019) a respeito do tema. Em um segundo momento, rumaremos para uma discussão mais aprofundada sobre a natureza das PPP dentro dos governos petistas e sobre a natureza daquilo que denominamos de “nova burguesia de serviços”. Em seguida, discorreremos sobre o tratamento metodológico realizado para, por fim, realizarmos a análise documental proposta.

¹ Criada inicialmente como uma substituição do *Decreto-Lei*, instituído pela ditadura militar, a Medida Provisória (MPV) se configura como um objeto de estudo tradicional dentro do campo da Ciência Política por se tratar de "o instrumento legislativo mais poderoso à disposição do Executivo já que garante ao presidente o poder unilateral para alterar o status quo" (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007, p.152).

METODOLOGIA

Considerando a natureza abstrata do nosso objeto, a atuação das distintas frações de classe burguesas, faz-se necessário categorizar de maneira empírica os distintos atores de acordo com os seus interesses expressos. Para atingir esse objetivo, optou-se por seguir o exemplo traçado por outros autores recorreram a análises ancoradas por leituras semelhantes² àquela aqui empregada e realizar essa categorização através do uso de análise de conteúdo.³ A análise de conteúdo se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que emprega procedimentos rigorosos e sistemáticos visando a descrição do conteúdo de determinados textos. Bardin (1977) nos aponta que o analista de conteúdo faz uso do tratamento das mensagens para *inferir*⁴ conhecimentos tanto a respeito do meio onde a mensagem é situada, quanto do seu emissor.

Relativo à composição do *corpus* textual que será o presente objeto de investigação, voltamos o nosso olhar para o desenho da forma estatal desenhado por Nicos Poulantzas (2019). O autor grego argumenta que podemos dividir o Estado em sua totalidade em duas instâncias distintas, a sociedade civil e a sociedade política.⁵

² Particularmente, leva-se o nosso olhar para aqueles autores filiados à chamada Escola de Campinas, dentre os quais podemos ressaltar trabalhos como o de Boito (2018).

³ Sabe-se que existe uma diferença entre aquilo que é expresso por um ator político e seu verdadeiro interesse. Contudo, uma exploração satisfatória dessa distinção fugiria do escopo e do alcance do presente projeto.

⁴ Segundo Bardin (1977) a inferência constitui uma operação lógica, onde se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições aceitas *a priori* como verdadeiras.

⁵ Como será discutido de maneira aprofundada na próxima seção, a leitura aqui realizada compreende que é impossível apreender o Estado em sua totalidade sem um olhar atento para as redes de relações sociais que moldam a forma política.

Objetivando-se apreender as especificidades de ambos os espaços, acredita-se que o presente *corpus* textual deve ser marcado por pronunciamentos realizados em ambas as esferas.

Para a discussão sobre a instância institucional da política, a presente discussão levará seu olhar para as discussões realizadas no âmbito do Congresso Nacional durante o intervalo de 6 de dezembro de 2012 até 5 de junho de 2013, período de tramitação da MPV 595 até sua promulgação na forma de lei. Para levarmos nossa análise ao nível da sociedade civil, especialmente no tocante às determinadas frações burguesas, opta-se por investigar os pronunciamentos realizados pelas entidades patronais relevantes para a presente discussão, em particular a FIESP,⁶ SINAVAL⁷ e ABIMAQ.⁸

O ESTADO E O BLOCO NO PODER: A CONTRIBUIÇÃO DE NICOS POULANTZAS PARA A CIÊNCIA POLÍTICA

Para responder a problemática aqui apresentada, mobiliza-se o arcabouço conceitual de corte marxista desenvolvido pelo cientista político grego Nicos Poulantzas. Acreditamos que a obra poulantziana se configura como a contribuição mais sistemática dentro do campo marxista sobre a temática do pensamento regional a respeito da natureza do Estado e, em particular, sobre a política. A teoria marxista, diferentemente de outras abordagens de origem liberal, parte de uma concepção do Estado que busca recuperar a sua natureza como um aparelho de dominação de uma classe dominante sobre outras classes exploradas. Trata-se de uma concepção que é verdadeira em todos os períodos

⁶ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo <<https://www.fiesp.com.br/>>.

⁷ Sinaval <<http://sinaval.org.br/>>.

⁸ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Máquinas e Equipamentos <<http://www.abimaq.org.br/>>.

típicos, passando pelo Estado Feudal, ao Estado Absolutista e culminando em sua atual forma política, o Estado Capitalista. Contudo, diferentemente das outras formas estatais, o Estado Capitalista não se apresenta como um Estado de classe, mas como uma entidade neutra, uma comunidade imaginária – ainda que real no nível da ideologia – acima da sociedade e representativa do interesse geral.

O Estado capitalista parece ausente da determinação de sujeitos – aqui estabelecidos como “indivíduos”, “cidadãos”, “pessoas políticas” – enquanto *agentes de produção*, um fenômeno que não ocorria em outros tipos de Estado. Ademais, nota-se que esse Estado de classe apresenta uma especificidade de possuir uma dominação política de classe aparentemente ausente, fato que culmina em sua apresentação como um “Estado popular de classe” cujas instituições estão organizadas em torno dos princípios de liberdade e igualdade de seus indivíduos.

Essa particularidade é resultado das particularidades de sua estrutura jurídico-política. A organização dos sujeitos de produção em indivíduos (efeito de isolamento) é resultado da igualdade formal do direito burguês, resultando no ocultamento e isolamento do pertencimento de classe dos agentes de produção. Após esse movimento de pulverização, o Estado capitalista acaba por unificá-los em um coletivo nacional imaginário (efeito de unidade).

No entanto, nem mesmo a própria burguesia está imune aos efeitos supracitados. A estrutura da forma política assegura a unidade da classe burguesa através da formação de uma unidade contraditória da classe política sob o seio daquilo que Poulantzas categorizou como “bloco no poder” garantindo a dominação consensual (hegemonia) dessa classe sob os indivíduos. Podemos compreender o “bloco no poder” como uma articulação

heterogênea que as diversas classes, frações e setores das classes dominantes estabelecem entre si. Trata-se do bloco que é capaz de apresentar seus interesses particulares como universais perante o restante das classes fornecendo sentido e direção para as classes dominadas (OSÓRIO, 2019).

[...] pode-se estabelecer, nessas formações, a relação entre, *por um lado*, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e *por outro lado*, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes, essas relações, em seu vínculo com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica, recoberta pelo conceito de bloco no poder (POULANTZAS, 2019, p.236, *grifos no original*).

Agora, nos dirigiremos para os sentidos que o bloco no poder significa para a questão das práticas políticas das classes dominantes. Como sinalizado anteriormente, o bloco no poder se configura na “Unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica significa, assim, unidade do poder de Estado, em sua correspondência com os interesses específicos dessa classe ou fração” (POULANTZAS, 2019, p.306). Para que possamos compreender os sentidos dessa afirmação, faz-se necessário apresentar a leitura que o autor realiza sobre a natureza de uma determinada formação social.

Sabemos que uma formação social é constituída por uma superposição de vários modos de produção, implicando assim, a coexistência, no campo da luta de classe, de várias classes e frações de classe, logo, eventualmente, de várias classes e frações dominantes (POULANTZAS, 2019, p.235).

Assim, torna-se possível compreender que, apesar das diversas classes burguesas atuarem de forma semelhante – devido à própria existência do bloco no poder e da hegemonia que o envelopa – as relações materiais e objetivas

assinaladas pela presença de diversos modos de produção revelam a existência de determinadas frações de classes. Essas frações se configuram como facções que se encontram em permanente disputa hegemônica para assumir o papel de conduzir a determinação política do Estado de maneira que favoreça suas condições de acumulação de capital (FERREIRA; BERRINGER, 2021).

Outro aspecto importante a ser assinalado sobre a temática do bloco no poder diz respeito ao fato de que mesmo uma fração de classe ascenda efetivamente à posição hegemônica no seio do bloco no poder, isso não significa que ela tenha a capacidade de ditar unilateralmente o sentido da prática política estatal. Aqui nos debruçamos novamente com o objetivo geral do Estado capitalista, a garantia da continuidade do processo de acumulação de capital, ou seja, a diminuição dos antagonismos presentes na sociedade de classes. Essa fratura interna resulta na necessidade de que a fração dominante deverá fazer concessões para outras frações burguesas e, até classes trabalhadoras. Isso ocorre devido ao objetivo fundamental do Estado, a manutenção da ordem do capital, tal manutenção ocorre através da manutenção de um equilíbrio instável de compromissos.

Adentramos na parte final dessa seção, onde buscaremos expor os variados critérios que podem ser empregados para categorizar as distintas frações de classes sociais. Uma primeira maneira de se realizar essa tipificação diz respeito à relação que determinada fração possui com os meios de produção – resultando nas frações de industriais, agrícolas, comerciais ou de serviços.⁹ Outra maneira de se categorizar as distintas frações de classe é de acordo com a sua relação com o capital imperialista – resultando nas designações de: burguesia associada/compradora, alinhada com o capital financeiro

⁹ Esta última categoria será exposta de maneira mais aprofundada na próxima seção.

internacional e desprovida de bases de acumulação própria; burguesia interna, quando nos referimos a uma classe burguesa que possui bases de acumulação próprias, mas que apresenta um comportamento pendular, ora se alinhando com o capital financeiro, ora adotando posturas anti-imperialistas; por último podemos assinalar a existência da chamada burguesia nacional, trata-se daquela classe burguesa cuja base de acumulação é inteiramente nacional e tem um forte alinhamento contra o imperialismo. Devido ao caráter exploratório do presente estudo, opta-se pela realização de uma análise focada nas relações produtivas. Nesse sentido, o olhar que será empregado para a leitura da formação social brasileira busca enfatizar as múltiplas pluralidades dos diversos modos de produção e sua relação com a estrutura portuária brasileira.

Outro ponto a ser ressaltado, é que, apesar de se configurar como um aparelho de dominação de classe, o Estado capitalista possui uma maior margem de manobra para realizar medidas contrárias aos interesses das classes burguesas ao curto prazo (interesses específicos) para atender seus objetivos de longo prazo (manutenção e reprodução do modo de produção capitalista). Trata-se do fenômeno denominado de “autonomia relativa do Estado” que é responsável pela manutenção de alianças instáveis de compromissos garantidoras da continuidade do poder político nas mãos das classes dominantes. É precisamente esse resgate do conteúdo de classe do Estado feito pela teoria marxista que permite que levemos o nosso olhar para o campo das lutas de classe para que possamos entender os distintos processos políticos. Dessa forma, podemos compreender que o verdadeiro poder político não se encontra situado nos indivíduos, mas nas bases sociais que sustentam as distintas formas políticas¹⁰.

¹⁰ Poulantzas argumenta que o poder se configura como o reflexo dos efeitos das unidades das estruturas de uma dada formação social sobre os suportes. Logo, seria impossível compreender o poder dentro de uma lógica interindividual.

O NEOLIBERALISMO DEPENDENTE NO BRASIL: A “NOVA BURGUESIA DE SERVIÇOS” E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Após a introdução do nosso marco teórico, voltamos o nosso olhar para discorrer brevemente sobre o caráter de nosso objeto, bem como o seu conteúdo de classe. Nesse sentido, para atingirmos o objetivo aqui proposto, faz-se necessário inserir o marco legal aqui discutido, a Lei N. 12.815/2013, dentro do seu devido processo histórico. Dessa forma, iniciamos a nossa exposição através de uma breve caracterização sobre o caráter particular do desenvolvimento histórico das forças produtivas das formações sociais latino-americanas e, conseqüentemente, sobre a forma política que o Estado assume na região, seu desenvolvimento e a introdução do contexto histórico que resultou na ascensão da forma atual do aparelho estatal latino-americano. Faz-se necessário que apresentemos inicialmente a característica central que permeia a estruturação do Estado latino-americano, seu caráter dependente.

Para compreendermos a importância que o caráter dependente possui na estruturação do tecido social latino-americano, devemos voltar o nosso olhar para os momentos iniciais de sua inserção internacional. Para isso, retomamos os argumentos elaborados por Marini (2005), segundo o autor, a inserção latino-americana é pautada no primeiro contato que o continente americano teve com o capitalismo europeu. Ou seja, encontramos no cerne da formação social latina uma exploração material dos recursos primários do continente americano por parte de forças externas. E aqui encontramos o ponto principal que categoriza a heterogeneidade das formações estatais latino-americanas. Diferentemente dos Estados centrais, o desenvolvimento das forças produtivas dos Estados dependentes ocorreu partindo de transformações oriundas de forças externas

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização (MARINI, 2005, p.153).

Como resultado, essas deformações estruturais do capitalismo dependente acabam transformando profundamente o tecido social latino-americano, resultando na formação de uma estrutura capitalista deformada com fragilidades estruturais. No tocante ao conteúdo de classe dessa formação social, encontramos uma classe burguesa diferenciada daquela dos países centrais, com interesses profundamente alinhados àquelas dos países centrais, resultando em uma internalização das hierarquias internacionais dentro do aparelho estatal. Como consequência, encontramos uma chave de leitura apropriada para a compreensão de conteúdo do Estado latino-americano em seu exercício desigual de soberania frente às formações sociais oriundas do centro capitalista (OSÓRIO, 2014).

Contudo, faz-se necessário ressaltar que, apesar de suas debilidades estruturais, o Estado dependente ainda desempenha o mesmo papel que os Estados centrais, a manutenção do capitalismo em uma dada formação social. Não devemos compreender que a fragilidade do Estado latino-americano se configura como uma estrutura ausente, mas que, conforme argumenta Osório (2014), as fragilidades das classes dominantes exigem que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação condensada de maior relevância quando comparado com os seus semelhantes oriundos do centro capitalista.

Essa compreensão nos elucida quanto à centralidade da matriz estadocêntrica na história político-econômica da região. Frente aquilo que Osório (2014) denominou de “barbárie generalizada”, resultante da reprodução

do capital latino-americana, o Estado emerge como um refúgio protetor para os indivíduos da região. Essa percepção é reforçada quando levamos o nosso olhar para o papel desempenhado pelo Estado no desenvolvimento das forças produtivas da região, particularmente durante os momentos históricos em que esse aparelho assume uma forma política associada com o desenvolvimentismo.

Durante o momento histórico de predominância dessa determinada forma estatal,¹¹ o Estado agiu como agente indutor do desenvolvimento das forças produtivas locais, assumindo o papel de estimular aquelas atividades que não eram vistas como particularmente rentáveis para os empresários locais e estrangeiros. Dentre as atividades que ficaram a cargo do aparelho estatal, é de particular relevância para o presente estudo ressaltar a importância histórica que o Estado latino-americano teve no desenvolvimento de uma infraestrutura portuária nacional, devido à magnitude e o caráter estratégico de tal projeto (OSÓRIO, 2014; HONORATO, 2018).

Nos anos 1970, questões estruturais do capitalismo mundial resultariam na ascensão de um novo modelo de acumulação de capital que marcaria o fim das condições de possibilidade para o desenvolvimentismo latino-americano, o neoliberalismo (ARRIGHI, 2013). Esse novo modelo de acumulação pautou-se na financeirização da economia mundial e na abertura de novas fronteiras internas dentro dos Estados para o processo de acúmulo de capital, traduzindo-se no desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, políticas de privatização (pautando-se no fenômeno que David Harvey – 2003 – categoriza como a *tomada dos comuns*) e políticas de austeridade.

¹¹ Aqui se faz necessário relembrar o fato de que o Estado se configura como um aparelho burguês por excelência. Portanto, mesmo quando ele assume uma forma política que objetiva o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, ele continua operando de acordo com os interesses das burguesias locais, dependentes em sua natureza. Portanto, essa forma política tende a emergir apenas em momentos históricos nos quais a reprodução do capital favorece tal configuração. Para uma leitura mais aprofundada, recomenda-se Arrighi (2013) e Osório (2014).

Trazendo nosso olhar para a América Latina e para as economias dependentes, notamos que dentro desse novo modelo de acumulação, o Estado nacional passa a carecer de qualquer projeto de acumulação próprio e desenvolvimento de suas forças produtivas nacionais, resultando na penetração profunda do capital imperialista e agudizando a internalização de sua condição dependente. De forma sintética, podemos argumentar que o modelo neoliberal da América Latina tem sua origem na pressão exercida pelo capital financeiro internacional pela abertura dos mercados internos e pela privatização de suas estatais.

Feita essa introdução, torna-se possível que voltemos o nosso olhar para a realidade histórica de nosso objeto e que apresentemos as maneiras nas quais o neoliberalismo alterou as dinâmicas internas da sociedade brasileira. A literatura especializada sobre a temática argumenta que os choques neoliberais no Brasil ocorreram em dois momentos diferentes: houve uma primeira tentativa de abertura mercadológica no governo de Fernando Collor no começo dos anos 1990, mas tratou-se de um movimento pouco exitoso.

Fora somente com as ações políticas ofensivas do primeiro mandato de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo verdadeiramente se converteria em um fato social da realidade política brasileira. Apoiado pela grande burguesia compradora, FHC iniciou um projeto de mercantilização de serviços públicos, dentro dessa lógica de tomada dos comuns, resultando na gestão de uma nova fração de classe burguesa que no seio da organização social brasileira se beneficiou diretamente da conquista desses novos espaços, a chamada “nova burguesia de serviços” (BOITO JR, 2007).

Como contraste direto ao projeto protagonizado por FHC, o governo de Luís Inácio Lula da Silva buscou realizar um modelo de categorizado como

“neodesenvolvimentismo” pelos acadêmicos filiados à chamada Escola de Campinas. Nesse sentido, podemos afirmar que o projeto neodesenvolvimentista era o “desenvolvimentismo possível” dentro de um contexto neoliberal.

Tratava-se uma frente¹² composta pela união da grande burguesia interna brasileira com o movimento operário sindicalista e que, necessariamente, refletia os interesses de classe dessa aliança. Enquanto a burguesia interna aceitava uma melhora relativa das condições das classes dominadas, ela recebia o apoio necessário para estabelecer a posição hegemônica dentro do bloco no poder petista, contrapondo-se aos interesses da grande burguesia associada (uma classe que, devido ao seu alinhamento com o grande capital internacional, era naturalmente mais poderosa).

É inserido nesse panorama mais amplo de um movimento de conciliação de classe que emergiu o contexto jurídico-político daquilo que viria a ser o projeto mais ambicioso desenvolvido pelo governo Lula sobre as parcerias público-privadas (PPP).¹³ Trata-se do compartilhamento de riscos envolvidos na concessão de serviços públicos sociais para a iniciativa privada com o poder público. Podemos compreendê-las como a tentativa de encontrar alternativas às restrições orçamentárias impostas pela ortodoxia econômica (UBERTI; GRANATO, 2018).

Diferentemente dos preceitos propagados pelo Consenso de Washington, as PPPs se configuravam como um movimento de reencontro da burguesia brasileira com o poder público, nos moldes do projeto neodesenvolvimentista que marcou as administrações petistas. Esse movimento buscava transformar o

¹² Aqui compreendida como uma junção informal de classes e frações de classe com objetivos convergentes, mas cuja convergência não necessariamente precisa estar clara para as forças sociais envolvidas.

¹³ Nascida da Lei 11.079/04.

Estado em um parceiro da burguesia interna, insulando-a dos efeitos oriundos do capital internacional.

Dessa forma, podemos compreender que se trata de uma lei que se encontra inserida dentro de um panorama mais amplo, tanto no sentido mundial, partindo por uma lente focada na reprodução do capital por meio da financeirização, para que assim possamos discorrer sobre as particularidades do processo histórico brasileiro.

A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA E A LEI N. 12.815/2013

Adentramos na parte final do presente capítulo, expondo a análise de conteúdo dos pronunciamentos realizados na esfera patronal. Partindo da primeira etapa necessária para a realização de uma análise de conteúdo, a *leitura flutuante*, foi identificado duas principais articulações argumentativas: quanto à *posição de classe* das entidades analisadas e quanto à sua *posição sobre a pauta neoliberal*. No total foram encontrados apenas seis pronunciamentos, todos concernentes à posição da FIESP sobre a temática.¹⁴

Optamos por iniciar a presente análise através da introdução do conteúdo da chave de leitura sobre a posição de classe da FIESP.

Sobre o conteúdo dos pronunciamentos, a primeira impressão dos documentos para o olhar dos pesquisadores é uma imediata comprovação das teses elaboradas pela Escola de Campinas sobre o setor industrial compor a frente hegemônica dos governos petistas, pois absolutamente todos os posicionamentos da FIESP são favoráveis ao governo PT. Partindo de uma ordem cronológica, identificamos que não apenas a FIESP aprovava a medida,

¹⁴ A pesquisa fora realizada através da inserção da palavra chave “portos” na barra de navegação do site da FIESP.

mas como fez campanha ativamente em comerciais de TV.¹⁵ Em uma propaganda da TV, o presidente da FIESP argumentou que:

Senhores parlamentares, a Medida Provisória 595, da presidente Dilma, se aprovada, modernizará os portos brasileiros, aumentando sua eficiência, baixando custos através de maior concorrência, estimulando bilhões de reais em investimentos, beneficiando assim, a todos os brasileiros. Senhores parlamentares, o Brasil conta com o seu voto”, conclui o presidente da FIESP (FIESPa, 2013).

Mesmo quando se tratava de vetos realizados pela então presidenta Dilma Rousseff, na MP, a nota da FIESP é em tom congratulatório.

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP e CIESP) apoiam a decisão corajosa da presidente Dilma Rousseff em vetar os pontos que desvirtuavam o melhor ambiente competitivo instituído pela MP 595/2012. Os vetos são positivos, porque reestabelecem os princípios originais da MP. Isso garante o choque de competição e ampliação dos serviços portuários que o Brasil necessita, afirma Paulo Skaf, presidente da FIESP e do CIESP (FIESPb, 2013).

Outro ponto que pode ser notado é quanto ao caráter pendular da movimentação da grande burguesia interna. Para exemplificar essa ação faz-se necessário levarmos o nosso olhar para a nota emitida no dia 13/05/2013. Nesse dia a FIESP realizou um encontro com empresários alemães que se demonstravam interessados em realizar investimentos na área logística portuária brasileira. Torna-se possível observar que a penetração do capital internacional foi vista com bons olhos pela FIESP. No entanto, a nota ressalta que o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi mais reticente quanto a essa possibilidade.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-faz-campanha-na-tv-pela-aprovacao-da-mp-dos-portos/>>.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, também se manifestou favorável ao investimento alemão, mas ponderou que leva tempo para que esses investimentos gerem retorno para o país. “Precisamos de duas coisas: recursos financeiros e empresas capacitadas. O arcabouço ideal é as empresas alemãs e brasileiras se unirem para fazer esses investimentos”, afirmou Robson de Andrade. “Não vamos resolver esses problemas num curto espaço de tempo. Realmente vai demorar”, concluiu (FIESPc, 2013).

Por fim, adentramos na questão relativa à posição sobre a pauta neoliberal. Novamente, torna-se possível conferir a presença da hipótese desenvolvida pela Escola de Campinas de que, apesar do alinhamento da grande burguesia interna com o PT ter sido um fato objetivo da realidade concreta, tratou-se de uma aliança pontual e, fundamentalmente contraditória. Nesse sentido, a posição quanto à ideologia neoliberal das FIESP se configura como uma clara contradição em termos com os elementos operários da frente neodesenvolvimentista. Apesar de todo o apoio que a FIESP ofereceu para a concretização dessa frente, é possível observar que a entidade patronal enquadra sua argumentação sempre com palavras características da posição neoliberalismo, enquadrando a medida como um “choque de competitividade” necessário para o país vide exemplo a seguir.

Para a FIESP e o CIESP, a aprovação da MP dos Portos pelo Congresso, encerrada na noite desta quinta-feira (16/05), é fundamental para a competitividade do Brasil.

A medida atende as reivindicações mais importantes dos setores produtivos: permite aumentar a oferta de operadores, promovendo maior concorrência e a consequente redução de custos portuários, disse Paulo Skaf, presidente da FIESP e do CIESP.

A presidente [Dilma Rousseff] pode restabelecer, com vetos, o espírito original da medida provisória, criando as condições para a imediata

abertura de licitações dos mais de 50 contratos vencidos usando o critério de menor tarifa combinado ao de maior volume de carga, disse ele. “O Brasil está pedindo um choque de competição (FIESP, 2013d).

Outro ponto a ser ressaltado, é a centralidade do argumento da eficiência para a FIESP, a palavra é encontrada em todas as notas investigadas pelos pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo se configurou como uma investigação a respeito do comportamento das frações burguesas sobre a Lei N. 12.815/13, também conhecida como a “Lei dos Portos”. Em um primeiro momento, a presente pesquisa se encontrou limitada devido à carência de material encontrado nos sites das organizações patronais investigadas. Encontrou-se a presença de material apenas no site da FIESP, resultando em uma recontextualização da análise.

Dito isso, a presente investigação pode ter sido considerada exitosa, notou-se a confirmação no material exposto das teses centrais da Escola de Campinas sobre o projeto neodesenvolvimentista petista. Ficou claro que havia um alinhamento entre os atores políticos, mas que esse alinhamento tinha uma natureza profundamente contraditória em sua natureza, pautada devido à conjuntura atual de reprodução capitalista neoliberal.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Alice. *Com MP dos portos teremos terminais mais eficientes e redução de custos, diz Skaf*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/expectativa-e-que-mp-dos-portos-seja-aprovada-ainda-esta-semana-diz-paulo-skaf/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

- BARDIN, Laurance. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. [S. l.]: Edições 70, Ltda., [1977], 2002.
- BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, [s. l.], N.28, p.57-73, 2007.
- BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- FERREIRA, Mariana; BERRINGER, Tatiana. Classes sociais, política externa e integração regional. In: PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (Org.). *Teoria das relações internacionais: Contribuições marxistas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do Governo e apoio Legislativo na democracia Brasileira. In: RANULFO, C.M.; SAÉZ, M.A. (Org.). *A Democracia Brasileira*. Balanço e Perspectivas para o Século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- GUERRA DOS PORTOS: EVENTO NA FIESP DISCUTE A FICHA DE CONTEÚDO DE IMPORTAÇÃO. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/guerra-dos-portos-evento-na-fiesp-discute-a-ficha-de-conteudo-de-importacao/>>. Acesso em: 22 set. 2021.
- MARINI, Ruy. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. *E-book*.
- MASCARO, Alysson. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NOTA OFICIAL: *MP dos Portos é Choque de Competição, Comentam FIESP e CIESP*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-mp-dos-portos-e-choque-de-competicao/>>. Acesso em: 22 set. 2021a.

NOTA OFICIAL: *Presidente Dilma Acerta em Vetar Pontos na MP dos Portos, afirma Presidente da FIESP e do CIESP.* [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-presidente-dilma-acerta-em-vetar-pontos-na-mp-dos-portos-afirma-presidente-da-fiesp-e-do-ciesp/>>.

Acesso em: 22 set. 2021b.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no Centro da Mundialização – a sociedade civil e o tema do poder.* São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PACHUKANIS, Évgueni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo.* São Paulo: Boitempo, 2018.

PACHUKANIS, Évgueni. *Fascismo.* São Paulo: Boitempo, 2020.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais.* Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

UBERTI, Guilherme; GRANATO, Leonardo. O Estado e os Interesses de Classe na Parceria Público-Privada de Saneamento da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Hegemonia: Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro*, [s. l.], N.31, p.42-82, 2020.

